

Total de medidas apresentadas pela CNI	39	100,0%
Medidas adotadas pelo Governo	20	51,3%
Medidas parcialmente adotadas pelo Governo	9	23,0%
Medidas não adotadas pelo Governo	10	25,7%

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	1	Adiamento , por 90 dias, do pagamento de todos os tributos federais , incluindo as contribuições previdenciárias	Adotou Parcialmente	Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 152, de 18/03/20, MP nº 927, de 22/03/20, e anúncio do Secretário da RFB	Adiados o Simples Nacional (parcela da União), o FGTS, o PIS/Cofins e a Contribuição Patronal ao INSS. Além disso, houve isenção do IOF-Crédito, por 90 dias (Decreto 10.305/20)
	2	Adiamento da entrega da declaração do IRPF	Adotou	IN RFB nº 1.930, de 01/04/20	
	3	Parcelamento do pagamento do valor dos tributos que tiverem o recolhimento adiado	Adotou Parcialmente	MP nº 927, de 22/03/20	Pagamento parcelado do FGTS, do PIS/Cofins e da Contribuição Patronal ao INSS
	4	Prorrogação , por 90 dias, do prazo para apresentação das obrigações acessórias das empresas	Adotou Parcialmente	Resolução CGSN nº 153, de 25/03/20	Adiadas as entregas da Defis (Simples Nacional) e da DASN-Simei (Microempreendedores Individuais)

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	5	Dispensa de pagamento , por 90 dias, sem multa, de parcelas de programas de refinanciamento de dívidas dos contribuintes com a União	Adotou Parcialmente	Portaria nº 103 do ME, de 17/03/20, e Portaria PGFN nº 7.820, de 18/03/20	Suspende procedimentos de rescisão de parcelamentos por inadimplência e abre transação extraordinária com primeira parcela a ser paga em junho/20
	6	Redução temporária das tarifas de energia elétrica , através da redução de encargos setoriais e da utilização de bandeiras tarifárias mínimas	Não adotou		
	7	Suspensão dos prazos de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de defesas administrativas e recursos perante o CARF	Adotou	MP nº 927, de 22/03/20, Portaria ME nº 103, de 17/03/20, Portaria PGFN nº 7.821, de 18/03/20 e Portaria ME/CARF nº 8.112, de 20/03/20	Suspende prazos de defesa dos contribuintes nos processos administrativos tributários (CARF), trabalhistas e de débito de FGTS e de cobrança da dívida ativa da União

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRIBUTAÇÃO	8	Criação de alternativas de julgamento das sessões do CARF por meio virtual	Não adotou		
	9	Suspensão , pelo prazo de 90 dias, de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal	Adotou	Portaria ME nº 103, de 17/03/20	Suspende o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial e a instauração de novos procedimentos de cobrança e responsabilização de contribuinte
	10	Suspensão dos prazos para resposta do contribuinte em razão do exercício de fiscalização	Adotou	Portaria RFB nº 543, de 20/03/20	Suspende prazos para realização de atos processuais no âmbito da RFB
POLÍTICA MONETÁRIA	11	Redução da Taxa SELIC na reunião do COPOM prevista para 18 de março de 2020	Adotou	Decisão do Copom, em 18/03/20	Redução foi de 0,5 p.p., com a Taxa fixada em 3,75% a.a.
	12	Redução dos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo e depósitos à vista	Adotou Parcialmente	Circular BCB nº 3.993, de 23/03/20	Redução apenas da alíquota do depósito compulsório a prazo, de 25% para 17%

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
FINANCIAMENTO	13	Facilitação , por parte dos bancos públicos e de desenvolvimento, do acesso a capital de giro , inclusive para empresas que têm crédito imobiliário, com condições diferenciadas de juros, carência de pelo menos 6 meses, prazo ampliado e flexibilização das garantias	Adotou	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central do Brasil e Resolução CODEFAT nº 850, de 18/03/20	
	14	Prorrogação do prazo de pagamento de obrigações financeiras , com suspensão, por prazo determinado, dos pagamentos de financiamentos de bancos públicos e de desenvolvimento	Adotou	Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES	
	15	Fortalecimento do Cartão BNDES , com o retorno das operações via Banco do Brasil	Não adotou		

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
FINANCIAMENTO	16	Intensificação do uso das linhas de crédito do BNDES Finame Materiais (para insumos industriais) e BNDES Crédito Pequenas Empresas , com maior divulgação das linhas de crédito e estímulo à operação por parte dos agentes financeiros	Adotou Parcialmente	Iniciativa do BNDES	Ampliação da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas em R\$ 5 bilhões para financiar capital de giro
	17	Regulamentação da Lei Complementar nº 169/2019 , publicada em 2/12/2019, que alterou a Lei do Simples Nacional para autorizar a constituição das Sociedades de Garantia Solidária (SGS)	Não adotou		
	18	Regulamentação do sistema nacional de garantias	Não adotou		
	19	Ofertar, por meio de bancos públicos, hedge cambial com condições melhores que as do mercado, para reduzir os impactos da desvalorização cambial	Adotou Parcialmente	MP nº 930, de 30/03/20	Estabelece condições tributárias favoráveis ao hedge cambial

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
REGULAÇÃO	20	Ajustes, por parte da ANVISA , nas normas regulatórias de registro e pós-registro necessários para agilizar eventuais trocas de fornecedores de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) e outros insumos	Adotou	RDC Anvisa nº 348, de 17/03/20	
	21	Liberar o Preço de Fábrica dos medicamentos , com inovações incrementais dos critérios definidos pela Resolução nº 02/2004, nos termos do art. 6º, inciso IV da Lei nº 10.742/2003	Não adotou		
	22	Prorrogação automática, por 90 dias, de Certidão Negativa de Débito (CND) com vencimento durante o período de vigência das medidas contra a crise	Adotou	MP nº 927, de 22/03/20, e Portaria Conjunta nº 555 RFB/PGFN, de 23/03/20	

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
REGULAÇÃO	24	Prorrogação automática, por 90 dias, de licenças obrigatórias e certidões (ambientais, sanitárias, trabalhistas etc)	Adotou parcialmente	Portaria MMA/ICMBio nº 226, de 21/03/20, Portaria MMA/Ibama nº 826, de 21/03/2020	Suspensão dos prazos processuais, na área ambiental, por tempo indeterminado
	24	Suspensão temporária da cobrança de taxas de registro junto às agências reguladoras federais (ANVISA, ANAC etc)	Não adotou		
TRABALHISTA	25	Redução de jornada de trabalho e salário	Adotou	MP nº 936, de 01/04/20	
	26	Ampliação do banco de horas	Adotou	MP nº 927, de 22/03/20	
	27	Redução de exigências para o teletrabalho	Adotou	MP nº 927, de 22/03/20	
	28	Permissão de turnos mistos alternados entre teletrabalho e trabalho presencial na realização de uma mesma atividade	Não adotou		

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRABALHISTA	29	Permissão expressa de alteração de horários de trabalho	Não adotou		
	30	Reativação do Programa Seguro-Emprego (PSE)	Adotou	MP 936, de 01/04/20	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda
	31	Custeio , pela Previdência Social, do salário dos empregados afastados devido ao coronavírus , em especial para os das micro e pequenas empresas	Não adotou	Medida anunciada, mas ainda não formalizada	INSS pagará os primeiros 15 dias de afastamento dos empregados de todas as empresas que forem infectados pelo coronavírus
	32	Permissão de compensação de dias não trabalhados do período de férias e outras alterações	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	33	Não aplicação de multas por medidas adotadas pela empresa em função do enfrentamento da atual crise	Adotou parcialmente	MP 927, de 22/03/20	Convalida ações das empresas, desde que atendam as regras previstas na MP 927, e adoção de fiscalização orientadora

		PROPOSTA DA CNI	POSIÇÃO DO GOVERNO	INSTRUMENTO NORMATIVO	COMENTÁRIOS
TRABALHISTA	34	Ampliação do Lay-Off	Adotou	MP 936, de 01/04/20	
	35	Suspensão dos registros administrativos	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	36	Ampliação do prazo para a realização de exames ocupacionais	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	37	Suspensão dos prazos de contestação e de recursos administrativos	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	38	Exclusão expressa no texto de lei da doença do Covid-19 como doença relacionada ao trabalho	Adotou	MP 927, de 22/03/20	
	39	Extensão emergencial do critério de dupla visita	Adotou	MP 927, de 22/03/20	